

EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS PARTICULARIDADES NO ENSINO BRASILEIRO

Eduarda Cunha da Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: eduarda-mmx@hotmail.com)

Leandra Oliveira dos Santos

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: leandraoliveira368@gmail.com)

Maria Karoliny Cardoso da Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: mariakaroliny16@gmail.com)

Fernanda Macedo Oliveira

Orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: fernanda-macedo@outlook.com)

RESUMO

Ao abordar o tema educação do campo e suas particularidades no Ensino Brasileiro, buscou-se com o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica mostrar como o ensino e a aprendizagem desta modalidade acontece na atualidade. Além disso, o estudo explicita como funciona e se estrutura as escolas do campo, que vem se tornando um local de valor e aprendizado. Ademais, é importante conhecer o trabalho desenvolvido neste ambiente, pois a realidade deste ensino pouco é pontuada para sociedade, em especial, aos educadores. Em discussão, com as informações da legislação e dos diferentes autores, compreendeu-se que muito ainda precisa ser realizado para reduzir as deficiências deste tipo de ensino, principalmente no que refere aos currículos ensinados. Muitas escolas do campo, direcionam o ensino aprendizado, utilizando o currículo do ensino urbano. Por isso, há necessidade de ter uma cautela quanto ao planejamento, e investimentos que possibilitem melhorias no ensino do campo.

Palavras-chave: Escola rural. Currículo. Formação continuada.

COUNTRYSIDE EDUCATION AND ITS PARTICULARITIES IN BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT

When addressing the subject of rural education and its particularities in Brazilian Education, we sought to develop a bibliographical research to show how teaching and learning of this modality happens today. In addition, the study explains how rural schools work and are structured, which has become a place of value and learning. Furthermore, it is important to know the work carried out in this environment, as the

reality of this teaching is little punctuated for society, especially for educators. In discussion, with information from the legislation and from different authors, it was understood that much still needs to be done to reduce the deficiencies of this type of teaching, especially with regard to the curricula taught. Many rural schools direct teaching learning, using the curriculum of urban teaching. Therefore, there is a need to be careful about planning, and investments that enable improvements in rural education.

Keywords: Rural school. Curriculum. Continuing training.

1 INTRODUÇÃO

Ao reportar a educação do campo é importante discorrer o quanto este tipo de ensino integra um espaço de lutas históricas de movimentos sociais, que perpassa as necessidades daqueles indivíduos pertencentes a este ambiente. No Brasil, desde a implantação desta educação, constata-se que os investimentos nem sempre foram aplicados como deveriam, o que gerou ao longo dos tempos, conflitos que prejudicaram a qualidade deste ensino.

O acesso às instituições de ensino e a qualidade do serviço não são uniformes no território brasileiro. As diferenças são significativas entre regiões, estados e municípios. Possível de ser verificada nos indicadores educacionais (PEREIRA; CASTRO, 2021).

As escolas do campo são menos valorizadas quando se compara com a escola urbana, o que prejudica o processo aprendizado desta população. As políticas públicas são implementadas, entre as quais destacam programas que condicionam a transferência de renda, à frequência escolar das crianças, a condição da escola. No entanto, muito ainda precisa ser realizado.

A preocupação primária deveria voltar-se tão somente para o cultivo da identidade cultural camponesa, e com isso fortalecer a educação do campo com valores humanos e sociais, como: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito a diversidade, para auxiliar na reconstrução de novas gerações (CALDART, 2004).

Com destaque, nas particularidades do ensino no ambiente rural o estudo se instalou com objetivo de caracterizar as particularidades visualizadas nesta modalidade de ensino. Os alunos do campo possuem o direito de ter uma educação digna e bem vista pela sociedade.

Neste enfoque, a pesquisa pautou-se em abordar a educação do campo e suas particularidades no Ensino Brasileiro, por meio da pesquisa bibliográfica, utilizando de diferentes materiais e revistas fidedignas.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

O processo de estruturação do serviço educacional no meio rural teve início no fim do século XIX. Já, no começo do século XX, o tema da educação do campo ganha destaque no meio político nacional, especialmente no fim da República Velha. Apesar das tentativas de se discutir a educação do campo a partir da década de 1930, medidas efetivas foram tomadas nas décadas seguintes, principalmente, durante o processo de “modernização” da atividade agrícola, visto que uma educação específica para esse fim se fazia imprescindível (PEREIRA; CASTRO, 2021).

Muitos programas de educação do campo foram implementados ao longo dos anos. Entre as propostas tinham como objetivo levar educação fundamental para a recuperação total do homem rural, com foco no desenvolvimento do espírito comunitário, valor humano e sentido de responsabilidade. Dentro de uma ótica de inferioridade do homem rural, considerava-se a educação como responsável por diminuir as diferenças entre a cidade e o campo (FREITAS, 2011).

Pimentel e Coité (2021) explicam que a história da educação brasileira revela que educação do campo é tratada como política compensatória, visto que historicamente fica à margem da construção de políticas públicas. As demandas e especificidades ocupam espaço reduzido como objeto de pesquisa, bem como nas políticas curriculares nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

As reformas educacionais dos anos 60 ampliaram o acesso à escolaridade, assentavam-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social individual ou de grupos. Apesar de serem orientadas pela necessidade de políticas redistributivas, essas reformas compreendiam a educação como mecanismo de redução das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2004).

Perante a questionável participação do Estado na educação do campo, os movimentos sociais desenvolveram propostas educativas na década de 1960, dando origem ao Movimento pela Educação do Campo. Esse movimento sofreu uma pausa nos anos do regime militar, retornando nos anos 1980 com políticas públicas específicas, como os programas: Escola Ativa, ProJovem Campo - Saberes da Terra,

e Procampo, que culminaram na Política Nacional de Educação do Campo e no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (FREITAS, 2011).

Após o fim da ditadura militar (1964-1985), as concepções e práticas da Educação do Campo começaram a ser substituídas pelos paradigmas de Educação do Campo. As organizações da sociedade civil e sindical ligadas a educação popular, tais como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), associações ou escolas de formação por alternância (ECOR, EFA, CEFFA, etc.) entre outras organizações nacionais e internacionais, partidos políticos, grupos e educadores, mobilizados contra a ditadura militar, lograram inserir no processo de redemocratização do país as bases sobre as quais posteriormente construíram-se os paradigmas que regulam a Educação do Campo (ROSSATO; PRAXEDES, 2015).

Gelocha e Antunes (2021) explicam que foi a partir da Constituição Federal de 1988, que a educação passa a ser direito fundamental garantido a todo e qualquer indivíduo, independentemente de em que local esse indivíduo reside e vive. Assim, passa a vigorar propostas educativas para o meio rural, voltadas para o desenvolvimento nacional e a educação profissionalizante, delineados pelos governos militares, acabaram por reforçar a concepção de educação que prepara trabalhadores para as novas tarefas exigidas pela divisão social do trabalho, ou seja, preparam-no para o cultivo de um determinado produto ou adestram-no para a execução de uma determinada fase do processo produtivo (KREUTZ, 2008).

A concepção de educação do campo é resultado das lutas sociais e das práticas de educação, com foco na identidade e na cultura dos povos do meio rural, reconhecimento das particularidades dos sujeitos que carregam traços culturais e valores vinculados à vida no campo (PIMENTEL; COITÉ, 2021).

Todo o processo histórico envolvido na educação do campo contribuiu para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada para o meio rural, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade.

2.1 A realidade da educação do campo

Com o passar dos anos, várias alterações teve a escola do campo. A escola de hoje encontra-se adaptada aos camponeses, às necessidades do dia a dia, em que todos tenham uma visão mais clara da escola no ambiente rural.

A organização espacial da sociedade brasileira ainda comporta um grande contingente de sua população habitando a zona rural, no interior da qual há diferentes estratos sociais que implicam em diversos níveis de conforto, que estão dados pelo acesso, ou privação, aos recursos que na cidade estão de partida, disponíveis para o usufruto dos moradores, tais como a energia elétrica e a água encanada, bem como o saneamento básico e redes de informação (RAMAL, 2010).

O autor, pontua ainda, que a realidade de conforto está naturalmente incluída e à disposição dos moradores da cidade um leque de opções de acesso à educação que cobre o ensino fundamental ao médio e em parte significativa das cidades brasileiras o ensino superior. Esse aspecto específico da realidade tornou-se uma demanda das mais importantes a ser oferecida pelo Estado aos moradores da zona rural, o que pode ser inferido pelo fato de que a educação do campo no Brasil tem uma história e um bom conjunto de estudos teóricos e acadêmicos, nos quais já se percebia a tendência a associar a educação como a 'salvação da lavoura' em relação à fixação do homem do campo no campo (RAMAL, 2010).

Mas, é relevante esclarecer que a escola do campo só tem sentido quando se pensam nas particularidades dos povos deste ambiente. No parágrafo único do Art. 2º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reporta que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

A realidade da educação do campo torna-se um desafio para os professores. Eles como profissionais devem atentar-se para vários aspectos que ocorrem no cotidiano, como por exemplo, saber se o transporte está adequado para o uso. O educador precisa conhecer o motorista, e com isso garantir a segurança dos alunos

que dependem de transporte para chegar à escola. O docente precisa ter conhecimento de qual alimentação será servida para os alunos, verificar se o alimento está em bom estado para o consumo, ter contato direto com o nutricionista 'quando houver' (GROMELICKI et al., 2022).

Outro aspecto que deve ser considerado na educação do campo, é que, na maioria das vezes, contempla na educação do campo os currículos urbanos, o que fica aquém da realidade dos alunos rurais. Assim, as pessoas desse meio acabam carentes de conhecimentos e habilidades que lhes proporcionariam maior eficiência no trabalho, agilidade na resolução de problemas cotidianos. Isso acontece pela falta de preparo e formação dos professores que trabalham nas escolas do meio rural. Eles têm conhecimento voltado aos conteúdos que são contemplados no currículo, ou no livro didático, no entanto, da vida prática, do cotidiano dos alunos que vivem no campo, pouco sabem (BRESOLIN; ECCO, 2008).

A educação do campo teve seu reconhecimento, seu direito de ser diferenciada da cidade, prevalecendo sempre à cultura, costumes, identidade desta localidade. O artigo 28 da LDB deixa bem esclarecido que os sistemas promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural de cada região, ou seja, promover e adaptar os conteúdos a serem ensinados conforme cada região onde está inserida a educação do campo (GROMELICKI et al., 2022).

Em suma, na teoria e na prática, o contexto se diverge, as dificuldades enfrentadas são inúmeras, mas como é visualizado a dificuldade e a criatividade andam lado a lado nesse meio. Como isso, fica evidente que a escola é um ambiente que irá proporcionar por meio das práticas pedagógicas o aprendizado ao aluno do campo para o mundo, para que em um futuro próspero o aluno do campo não seja desmerecido com seu currículo apenas por ter estudo em escola rural e não no ambiente urbano.

Neste sentido, fica claro que as políticas públicas deveriam ter um olhar mais firme para a realidade do homem que vive no campo, para assim propor mudanças na educação do campo. Esta educação deveria ser respeitada e valorizada como a educação que ocorre na cidade. A aplicabilidade de políticas públicas que favoreçam a educação faz com que essa população sinta mais acolhida e reconhecida por todos.

2.2 O currículo da educação do campo

Como base na prática pedagógica, o currículo escolar constitui-se de algo privilegiado em razão da atenção de autoridades políticas, professores e especialistas. É na sala de aula que serão trabalhados os conteúdos que auxiliarão na formação plena do indivíduo. Em relação a educação do campo, há necessidade de realizar uma reflexão crítica sobre as práticas aplicadas dentro do contexto escolar, porque os objetivos fundamentais englobam o aprendizado, a socialização conforme a realidade do ambiente que os indivíduos fazem parte. Para isto, exige-se um currículo que tenha como meta programar medidas que auxiliem ao aluno do campo entender sua origem, trazer conhecimentos da zona rural e, conseqüentemente prepará-lo para o mercado de trabalho (OLIVEIRA; FERREIRA, 2010).

Na realidade, esta seria a proposta do currículo aplicado na escola rural. No entanto, o que ocorre é o inverso. O professor passa a atuar em sala de aula sem conhecimentos prévios ou mesmo sem uma certificação adequada. Isto implica diretamente na aprendizagem e no futuro do indivíduo que está em sala de aula.

A dinâmica social e os dilemas vivenciados pela humanidade provocaram alterações com reflexos na educação, o que se deslocou do foco que privilegia, exclusivamente, o desenvolvimento das capacidades cognitivas do sujeito para um avanço equilibrado entre a cognição e as diversas dimensões humanas. Na gênese, nos seus objetivos e funções, a educação é um fenômeno social, diretamente vinculada ao contexto político, econômico, científico e cultural de uma sociedade historicamente determinada (PIMENTEL; COITÉ, 2021), o que reflete a aplicabilidade do currículo, por desenvolverem habilidades e conhecimentos que formam democraticamente o cidadão.

A educação do campo é componente do movimento de educação popular, visto que, inobstante a diversidade e as possíveis disputas no campo teórico da área, seus objetivos estão comprometidos com a transformação social (GONÇALVES, 2018). Assim, inerentemente vinculada às realidades e às necessidades do público a qual se destina, tem em vista, justamente, a condição de crítica, compreensão e ação das realidades.

A presença de temas e estratégias que sejam favoráveis as ideias em torno da educação do campo nos currículos não garantem a efetividade das práticas que a tornem uma realidade, pois os planos e as orientações curriculares podem se

apresentar como canais importantes. No entanto, para que isso aconteça, parece fundamental que, primeiramente, haja a intencionalidade por parte de quem atua nas escolas, além de uma necessária abertura de espaço para esses profissionais, e até mesmo à própria comunidade, para que, coletivamente, participem da elaboração de planos e currículos (WERLANG; PEREIRA, 2021).

Por esse viés, o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo (APPLE, 2013).

O debate acerca da educação do campo é urgente e necessário, uma vez que emergem indagações diversas, dentre as quais destacam-se a educação pública no Brasil, as políticas educacionais e curriculares, a organização do trabalho pedagógico, a produção de materiais didáticos e a formação docente. Outro aspecto relevante consiste nas discussões inerentes à vinculação com a cultura, os saberes da experiência, o cotidiano dos povos que vivem no campo (PIMENTEL; COITÉ, 2021).

A ideia de conhecimento e de currículo na educação do campo não reconhece a supremacia do conhecimento sistematizado produzido pela ciência, transmitido de forma mecânica, conforme preveem as políticas curriculares, em detrimento dos saberes da experiência dos sujeitos do campo. A epistemologia por ela defendida supõe que os conhecimentos produzidos pela ciência devem contribuir para que se reflita e se compreenda o mundo vivido, de forma indissociável entre teoria e prática (COSTA; BATISTA, 2021).

Os currículos das escolas rurais repercutem, valorizam e constituem-se a partir dos referenciais políticos e culturais e dos processos formativos mais amplos de que tomam parte os povos do campo em seus contextos específicos (suas lutas, trabalho, tradições culturais, etc.). Isto é importante, não apenas porque, pedagogicamente, o ensino contextualizado motiva e envolve mais as crianças, mas porque a escola é um dos espaços sociais onde identidades são formadas de forma individual e coletiva (SÁ; PESSOA, 2013).

Por isso, alguns temas são essenciais no currículo das escolas rurais e que sejam problematizados. Arroyo (2011) expõe que o espaço deve incorporar-se os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que as especificidades

de ser-viver a infância-adolescência, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de história, de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar.

A população do campo merece respeito, e tem o direito de ter uma educação de qualidade e com recursos, mesmo apresentando uma diferença entre o currículo rural e o currículo urbano, isso não deve interferir no ensino, visto que tanto as escolas urbanas como as rurais têm o mesmo objetivo, que é ensinar seus alunos, oferecendo o máximo de recursos que podem.

2.3 Os professores no contexto da escola do campo

Na construção do aprendizado dos alunos, os professores são fundamentais. Estes, ao optarem pela educação do campo, têm-se uma realidade um tanto restrita, principalmente, pela falta de relação deste profissional com o campo. É na sala de aula que se negocia e se produz novos sentidos e significados aos diferentes conceitos escolares. O professor organiza este ambiente social e, por isso, precisa ter clareza de muitos aspectos da sua atuação, com metas e objetivos, sem perder de vista para quem está ensinando, valorizando o aluno real (BACHA et al., 2006).

Nos estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007) expôs que o professor é decisivo para o sucesso da aprendizagem dos alunos; apesar desse consenso, as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção.

Os desafios que os professores do campo enfrentam no cotidiano nas escolas rurais, são inúmeros, destaca-se a falta de infraestrutura, materiais didáticos, classes multisseriadas, o que reflete significativamente na qualidade da educação que é ofertada para os alunos (SILVA, 2016).

Mesmo com as adversidades, é necessário segundo Zeferino (2014) que, o educador do campo seja aquele que contribui com o processo de desenvolvimento para uma aprendizagem de qualidade, construindo conhecimentos a partir da

realidade vivida por eles. Por isso, ele deve se adequar a realidade deste povo para trabalhar a aprendizagem por meio de histórias construídas com suas lutas pela igualdade, educação, cultura e dignidade pela vida.

Contudo, os professores não têm em sua formação a oportunidade de vivenciar ou sequer discutir as especificidades em relação ao ensino do campo. A escola tem como função transmitir a cultura acumulada e o professor é o encarregado desta transmissão. O professor tem que saber a cultura e a ciência de seu grupo, ou seja, cabe a ele transformar conceito cotidiano em conceito científico e o conceito científico em explicações cotidianas (VIGOTSKI, 2000).

Os profissionais da educação enfrentam diferentes desafios, neste contexto, da zona rural, sofrem limitações ao escolherem e aplicar o livro didático, dificuldade em lidar com os pressupostos teóricos subjacentes ao seu trabalho, insuficiência de domínio dos conteúdos escolares, dificuldade em trabalhar com recepção e produção de textos bem como em utilizar a linguagem oral enquanto expressão do conteúdo de ensino, falta de trabalho coletivo dentro da escola, inalteração nos baixos níveis de aproveitamento escolar dos alunos, indisciplina na sala de aula, desmotivação, dentre outros (BACHA et al., 2006).

Em síntese, na educação do campo é importante que haja a valorização do docente rural porque este assume um papel que desenvolverá a comunidade rural ao ensino e aprendizagem. Estes prepararão os alunos para a sociedade, valorizando o ensinar e promovendo uma visão mais ampla do conhecimento. Professores poderiam desenvolver melhor suas aulas se tivessem recursos suficientes. Mesmo com tantas dificuldades eles fazem o seu papel da melhor maneira, proporcionando o conhecimento.

2.4 Aspectos legais do ensino do campo

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, garante a educação como um direito de todos. Em referência aos direitos da educação rural, está se tornou livre de uma educação submissa, tornando-se mais justa e igualitária (ARROYO, 2011). A educação como direito de todos, do Estado e da família, possibilitou o acesso dos indivíduos à escola, o que possibilitou a cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

Complementando, vislumbra-se na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, que estabeleceu em seu Artigo 28 as particularidades das respectivas áreas rurais, quais sejam:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia

s apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

A educação no campo assume um importante papel nas comunidades rurais, pois através de um ensino que promove os conteúdos curriculares necessários e adaptados que enfatiza o social, cultural e a econômico ao indivíduo terá mais chances de se integrar no mercado de trabalho.

O marco das discussões da Educação do Campo foi a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), posteriormente com a Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) ficou mais claro o direito à educação dos povos do campo (SILVA; BARROS; GARBELINI NETO, 2015).

Para Verdério e Barros (2020), no contraponto das compreensões e encaminhamentos produzidos coletivamente no âmbito da luta por uma Educação do Campo no Brasil, a implementação de políticas conservadoras e orientadas pelos interesses da classe dominante, sobretudo voltadas para a Educação Básica, como é o caso da BNCC, colocam-se de forma a impossibilitar o desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora, limitando seu acesso a um conjunto mínimo de conhecimentos, restringindo ainda mais os conteúdos trabalhados na escola. Tal encaminhamento, no que tange ao direcionamento da BNCC para a Educação Básica, reforça sobremaneira o poder hegemônico da classe dominante em uma sociedade cindida em diferentes e antagônicas classes sociais. Os autores ainda pontuam que:

Considerando a proposição da Educação do Campo, sobretudo, a partir da análise panorâmica do Plano de Estudo das Escolas Itinerantes (MST, 2013) e das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Paraná (PARANÁ, 2006), registra-se que ambas as formulações, mesmo considerando os distanciamentos verificados, têm maior embasamento teórico e têm por horizonte as necessidades educacionais dos povos trabalhadores do campo. Destaca-se ainda que ambos os documentos se sustentam e foram

elaborados a partir de processos os quais foram constituídos com a inserção e o protagonismo dos sujeitos do campo em sua produção, sobretudo os vinculados à luta por uma Educação do Campo (VERDÉRIO; BARROS, 2020).

A oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoveram adaptações necessárias para adequação às particularidades da vida rural e de cada região, especificamente aos conteúdos curriculares e metodologias próprias às necessidades e interesses dos alunos da zona rural, a organização escolar própria, com adequação do calendário escolar em relação às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação ao trabalho realizado na zona rural. Porém, apesar da constituição propor diretrizes para serem seguidas, a tradição real do ensino rural tem sido simplesmente reproduzir a escola urbana (PEREIRA; ALMEIDA, 2020).

Mesmo as diretrizes regulamentarem o ensino com adaptações, conteúdos e metodologias apropriadas para a escola rural, estas não possuem apoio das políticas públicas para manter um padrão próprio e continuam reproduzindo escolas urbanas. Para confirmar esta premissa, Pereira e Castro (2021) reportam que a educação do campo foi elaborada para atender às necessidades das propriedades rurais, em especial aqueles trabalhadores organizados no campo de difícil acesso à zona urbana (PEREIRA; CASTRO, 2021).

Em suma, a educação do campo deve promover uma formação adequada às crianças e trabalhadores que estejam em lugares de difícil acesso à educação. Os educadores devem abranger o que está descrito nas normas das diretrizes, respeitando o espaço e mobilizando projetos sustentáveis que envolva toda a comunidade rural.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi direcionada com objetivo de retratar a educação do campo e suas particularidades no ensino brasileiro. Para isso, foi desenvolvido uma pesquisa de caráter bibliográfico, que para Gil (2002) esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007, p. 1),

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que se promove o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside na permissão do investigador em proporcionar a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Appolinário (2011) reporta que a pesquisa bibliográfica se restringe à análise de documentos e tem como objetivo desenvolver uma revisão de literatura de um tema. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa. Tais vantagens revelam o compromisso da qualidade da pesquisa.

4 ANÁLISE DISCURSIVA: PARTICULARIDADES DO ENSINO DO CAMPO NO BRASIL

A realidade do ensino do campo no Brasil se estabelece em razão de situações que merecem atenção dos estudiosos da área. A materialidade da educação do campo remete às contradições da luta de classes cujo epicentro se dá em torno da disputa de modos de produção no campo brasileiro em que se opõem o agronegócio e a agricultura familiar, do trabalho explorado e do trabalho familiar na terra. É nessa arena de luta que se insere a educação do campo, como salienta Molina (2015, p.381).

[...] a concepção de educação que emerge da luta da classe trabalhadora no campo é pautada pela ideia da auto emancipação do trabalho em relação à subordinação ao capital. [...] O acúmulo de experiências nas lutas por direitos dos povos do campo vem demonstrando a importância estratégica do acesso à educação pública, na disputa contra hegemônica pela formação intelectual, ideológica e moral dos povos do campo.

Não se pode deixar de ressaltar que a educação do campo tem como intencionalidade a formação humana, que a finalidade, a autonomia e a libertação são aspectos pontuados na instalação da educação do campo. Neste ambiente, a realidade do educador da área rural é mediada pela falta de formação e reflexo do ensino urbano. Um olhar mais sensível para o educador do campo deve ser proposto, para que este compreenda e sinta as especificidades do contexto rural (GELOCHA; ANTUNES, 2021).

Para que o equilíbrio e a sustentabilidade dos educadores rurais sejam alcançados é importante que as políticas públicas disponibilizem uma formação

contínua e adequada para esses profissionais, por meio de cursos, projetos sustentáveis, palestras de autoconhecimento e estratégias que dê acesso às tecnologias.

Ribeiro (2014), afirma que os docentes estão inseridos em localidades que não são disponibilizados recursos físicos e materiais necessários para uma aprendizagem significativa. Diante desse problema, os educadores e alunos acabam prejudicados pela falta de materiais pedagógicos, acesso tecnológico, infraestrutura, recursos didáticos e a falta de profissionais qualificados para manter um ambiente educacional estável e concreto.

Cada escola tem a sua particularidade, com um público diferente, digo tanto os professores quanto aos alunos, mas o foco central tem que ser igual em todas as escolas para que haja um aprendizado significativo, não havendo prejuízo a nenhum dos envolvidos. Mesmo a educação sendo um direito de todo cidadão, ainda há essa luta pela igualdade.

As pesquisas mostraram que os professores brasileiros não possuem em sua formação (tanto inicial como continuada) a oportunidade de vivenciar ou sequer discutir as especificidades em relação ao ensino rural, sendo que, na literatura pedagógica, o tema aparece de forma superficial. Ainda, parece que entre os professores há uma valorização de profissões urbanas em detrimento de profissões rurais, o que faz com que eles raramente vinculem os conhecimentos rurais ao trabalho escolar. Essa tendência vai contra o discurso oficial que tem reconhecido o problema e afirmado promover a fixação do homem no campo (NEVES, 2022).

Em suma, os estudos revelam que a escola rural tem desempenhado um papel mais intenso na valorização do seu ensino. De qualquer modo, mostram muito pouco sobre a realidade profissional do docente neste contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que se propôs ressaltou a educação do campo e suas particularidades no ensino brasileiro. Notou-se que há uma diferença no ensino proposto para região rural. Este ensino surge com a necessidade e experiências relacionadas ao campo, qual seja, muito precisa ser realizado para mudar a educação do campo, principalmente mudar a qualidade do ensino neste ambiente.

Para isso, resgatar e construir uma identidade dos educadores que ministram aulas no campo, bem como dos alunos. Para isso, é necessário que movimentem políticas públicas que valorize o ensino do campo.

O educador, ao assumir uma sala de aula no campo, deve desprender dos currículos aplicados no ensino urbano. O aluno do campo tem direito de ser educado onde vive, e conseqüentemente receber uma educação vinculada com sua cultura. Um olhar diferenciado deve ser adotado.

Neste enfoque, investir na educação do campo vai possibilitar novas melhorias, principalmente quando houver adequação aos cotidianos das localidades rurais, pois as normativas dispõe a valorização do homem no campo, o que reforça a necessidade de um planejamento em conformidade com a realidade do aluno do campo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007.

APPLE, Michael. **Currículo e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 65-86.

BACHA, Stella Maris Cortez et al. Rendimento escolar de alunos da área rural em escola urbana. **Rev CEFAC**, São Paulo, v.8, n.4, 429-40, out-dez, 2006. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/dmKX599vdFmxNNhb94HJxNN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRESOLIN, Paoline; ECCO, Idanir. **Ser escola rural: da historicidade, das características e das representações**. 2008. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/530.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 10-31.

COSTA, Lucielio Marinho da; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. O currículo na perspectiva da educação do campo: contraponto às políticas curriculares hegemônicas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58081/33638>>. Acesso em: 21 out. 2021.

FREITAS, Helena Célia. Rumos da educação do campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 35-49, abr. 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3073>>. Acesso em: 23 out. 2022.

GELOCHA, Elizandra Aparecida Nascimento; ANTUNES, Helenise Sangoi. Trajetória da educação rural para a concepção social e política da educação do campo no Brasil. **Research Society and Development**, v. 10, n. 8, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org>>. Acesso em: 12 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Marianne Marimon. **Diálogo freireano e formação permanente: reflexões sobre a formação de professores na educação do campo**. 2018. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GROMELICKI, Amanda Matias et al. **O contexto da educação rural na realidade brasileira**. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/o-contexto-da-educacao-rural-na-realidade-brasileira.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

KREUTZ, I. T. L. Educação rural: política pública e a educação que interessa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1; SEMANA DA PEDAGOGIA, 20, 2008, Cascavel, PR. **Anais ...** Cascavel, PR: [s.n.], 2008.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015.

NEVES, Eloiza. **O trabalho de professores em contexto rural: uma investigação**. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT06-3103--Int.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Maria das Graças Souza de; FERREIRA, Luciana. **Currículo Escolar na Educação no campo**. Paraná, 2010. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38583/R%20-%20E%20-%20MARIA%20DAS%20GRACAS%20SOUZA%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 out. 2022.

PEREIRA, Ana Maria Franco; ALMEIDA, Maria Zeneide C. Magalhães de. Escolas rurais de Rio Verde-GO: os desafios dos professores ao processo de ensino e aprendizagem em meio a pandemia. **Revista multidisciplinar**, v. 27, out./dez. 2020. Disponível em: 22 set. 2022.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano**. Brasília: Rio de Janeiro, 2021.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rego; COITÉ, Simone Leal Sousa. **Política curricular e Educação do Campo**, Bahia, v.30, p.267-282, 2021.

RAMAL, Camila. **A educação do campo e a realidade do município de Vitória da Conquista (BA)**. São Carlos: UFSCar, 2010.

RIBEIRO, Gessica Ramos Lucas. **A educação no campo e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem**. 2014. 19p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50264/R%20-%20E%20-%20GESSICA%20RAMOS%20LUCAS%20RIBEIRO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 out. 2022.

ROSSATO, Geovânio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. Loyola, 2015.

SÁ, Carolina Figueiredo; PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonçalves. **Currículo e educação do campo: tensões e resistências à nucleação escolar**. 2013. Disponível em: <<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/publicacoes-seminarios-do-gepec/seminarios-de-2013/4-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/d11-curriculo-e-educacao-do-campo-tensoes-e.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

SILVA, Anamaria Santana; BARROS, Antonieta; GARBELINI NETO, Geraldo. Educação do Campo: limites e possibilidades das práticas educativas. In: Encontro de Políticas e Práticas de Formação de Professores, 6, 2015, Campo Grande/MS. **Anais ...** Campo Grande/MS: UEMS, 2015. p. 567-580.

SILVA, Tatiana de Sousa. **Trabalho docente em escolas rurais multisseriadas**. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

VERDÉRIO, Alex; BARROS, Adriana Junkerfeuerborn de. A Educação do Campo frente à Base Nacional Comum Curricular. **Praxis Educativa**, v. 15, 2020.

VIGOTSKI, Levi Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

WERLANG, Jair; PEREIRA, Patrícia Barbosa. Educação do Campo, CTS, Paulo Freire e Currículo: pesquisas, confluências e aproximações. **Ciência & Educação**, v.27, 2021. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/ciedu/v27/1516-7313-ciedu-27-e21016.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2022.

ZEFERINO, Vânia Maria. **A educação do campo e seus desafios**. 2014. 13f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação do Campo) - Universidade Federal do Paraná, Nova Tebas, 2014.